



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Seção de Gestão e Suporte aos Contratos de Terceirização

ENCAMINHAMENTO - TRF6-SEGET

À SELIT,

Em atenção ao Encaminhamento 9 à SEGET (1616352) para análise da proposta realizada pela empresa ESTRUTURA SERVICOS E ENGENHARIA LTDA , atual arrematante do **Pregão 90021/2024 (UASG 90013)**, manifestamos o que segue.

Para fins da análise da planilha de custos proposta e em consonância com as disposições do Edital e seus anexos, necessária a apresentação pela licitante das seguintes documentações:

1. Reenvio do Documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) 2026, extraído do sítio Gov <https://fap.dataprev.gov.br/> ou que o substitua posteriormente de acordo com atualizações legais, para o ano de 2026, conforme item 10.14, alínea "c", do Termo de Referência, vez que já está oficialmente publicado e disponível para consulta. Informamos que a licitante enviou o documento FAP do ano de 2025, entretanto, já está disponível o documento para o ano de 2026, o qual requeremos.

2. Declaração expressa da empresa ratificando que irá realizar sua comunicação formal à Receita Federal do Brasil para exclusão do regime do Simples a contar da assinatura do contrato, em caso de se tornar vencedora do certame.

Analisando a documentação encaminhada, verifica-se que a licitante é optante pelo Simples Nacional embora ao realizar o preenchimento de sua proposta na planilha de custos não tenha utilizado do benefício tributário na condição de optante, o que é expressamente vedado, conforme disposto no item 4.9.7.1 do Termo de Referência. Nesta feita, conforme previsto, a licitante utilizou proposta conforme o regime tributário que manifesta que irá optar (Lucro Presumido). Não obstante, reiteramos que na presente contratação a empresa vencedora do certame que for optante pelo Simples deverá comunicar formalmente sua exclusão obrigatória do regime do Simples Nacional à Secretaria da Receita Federal do Brasil com a assinatura do contrato, conforme previsão dos arts. 17, XII, 30, II e §1º, e 31, II da LC nº 123/2006, e de acordo com as disposições contidas no Termo de Referência colacionadas a seguir, portanto, requeremos Declaração expressa informando que irá realizar sua comunicação formal à Receita Federal para exclusão do Simples Nacional com a assinatura do contrato:

4.9. Das Vedações

[...]

4.9.7. As empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, em conformidade com os Acórdãos - TCU nºs 2.798/2010 e 797/2011 do Plenário, deverão observar as condições abaixo:

4.9.7.1. A empresa optante pelo Simples Nacional não poderá gozar, nesta licitação, de nenhum benefício tributário na condição de optante, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher sua Planilha de

Custos e Formação de Preços conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Presumido ou Lucro Real).

4.9.7.2. A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº123, de 2006.

4.9.7.3. A empresa optante pelo Simples Nacional, se contratada, deverá apresentar cópia do documento que comprove sua solicitação, à Receita Federal do Brasil – RFB, de exclusão desse regime. Essa solicitação deve fazer referência expressa ao contrato firmado com a União/TRF 6ª Região e ser protocolizada na RFB no prazo previsto no art. 30, §1º, inciso II, da Lei Complementar 123/2006 (“até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação”).

4.9.7.4. No caso de não apresentação da cópia do ofício, no prazo estabelecido acima, o órgão licitante deverá representar à Receita Federal do Brasil - RFB do domicílio tributário da contratada; juntando a documentação pertinente para fins de sua exclusão de ofício e aplicação da multa prevista no art. 90 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN 94, de 29/11/20011, entendendo cabível.

4.9.7.5. As MEs e EPPs optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional deverão considerar na formulação de suas propostas, além dos custos indicados na letra “j” do subitem anterior e de outros a que estejam obrigadas, os decorrentes de eventual exclusão desse regime (Simples Nacional), observados as regras, os prazos e os procedimentos estabelecidos na Lei Complementar 123/2006, hipótese que não ensejará direito à revisão contratual.

[...]

10.2.7. O interessado optante pelo Simples Nacional poderá participar da licitação, desde que observe as seguintes regras:

10.2.7.1. Não poderá utilizar os benefícios concedidos pela legislação em sua Planilha de Preço, uma vez que a contratação de serviços mediante disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva gera a exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do art.17, XII, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.2.7.2. A contratada optante pelo Simples deverá comunicar formalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil a assinatura do contrato, ficando sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão dos arts. 17, XII, 30, II e §1º, e 31, II da LC nº 123/2006, de acordo com as disposições contidas no item 7.19. deste termo. *(grifos nossos)*

2.1. Declaração expressa de que, com a assinatura do contrato e exclusão do regime do simples nacional, realizará a opção pelo regime tributário inserido na planilha, qual seja, Lucro Presumido.

3. Reitera-se a Declaração informando, de forma clara, detalhada e expressa o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, contendo os seguintes dados, conforme previsto nos itens 10.18.1, 10.18.2 e 10.18.2.1 do Termo de Referência do Edital:

I) Informa que possui o seguinte enquadramento sindical:

(Descrever o sindicato patronal ao qual se enquadra)

II) Informa que possui a seguinte atividade econômica preponderante:

(Descrever)

III) Apresenta a seguinte justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta:

(Descrever)

IV) Assume a responsabilidade nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

V) Assume a responsabilidade exclusiva pelo eventual cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

VI) Confirma a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta está vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021;

4. Preencher a Data da Proposta na Aba "DADOS" em sua linha 13 na planilha da proposta.

Atenciosamente,

Bethânia Pains Nogueira
Supervisora SEGET



Documento assinado eletronicamente por **Bethania Pains Nogueira, Supervisor(a) de Seção**, em 05/02/2026, às 14:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1616536** e o código CRC **50C9C95B**.